http://journal.unoeste.br/index.php/ch
DOI: 10.5747/ch.2026.v23. h684
e-ISSN: 1809-8207

DO QUARTINHO À UNIVERSIDADE: TRABALHO DOMÉSTICO, ESCRAVIDÃO E RESISTÊNCIA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO[1]

From the small room to the university: domestic work, slavery, and resistance in contemporary Brazil

Del cuartito a la universidad: trabajo doméstico, esclavitud y resistencia en el Brasil contemporáneo

Camila dos Passos Roseno[2], Helena de Carvalho Borges[3]

Universidade de Pernambuco – Campus Petrolina (UPE), Petrolina - PE, Brasil

RESUMO
Esta pesquisa tem como objetivo investigar as relações entre o trabalho doméstico e as políticas públicas de acesso à educação, com base no romance Solitária, de Eliana Alves Cruz. O estudo articula História e Literatura para compreender que as narrativas literárias podem servir como fontes históricas férteis. Para tanto, empregam-se os conceitos de Interseccionalidade, de Carla Akotirene, e Pacto da Branquitude, de Cida Bento, a fim de analisar como raça, gênero e classe estruturam as desigualdades históricas inerentes a essa categoria profissional no Brasil. A metodologia adotada é de natureza qualitativa e híbrida e combina Análise de Conteúdo, levantamento de dados estatísticos e Estado da Arte. Além disso, são examinadas leis como a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) n° 72, mais conhecida como PEC das Domésticas (2013), e a Lei de Cotas (2012). O estudo destaca a luta sindical e as ações afirmativas como estratégias cruciais para modificar o cenário de inserção de jovens negras e negros no trabalho doméstico. Os resultados evidenciam a permanência da herança escravista no imaginário social brasileiro, a importância das políticas afirmativas na ampliação do acesso desses jovens ao ensino superior e a validade da literatura enquanto fonte histórica. Constata-se também que a profissionalização da categoria não eliminou os descasos e a informalidade. Nesse sentido, identifica-se como a articulação entre História e Literatura pode contribuir para analisar experiências sociais complexas e fortalecer debates acadêmicos sobre esses temas.
Palavras-chave: Políticas Públicas em Educação; Interseccionalidade; Literatura Brasileira Contemporânea; Eliana Alves Cruz; Racismo Estrutural.

ABSTRACT
This research aims to investigate the relations between domestic work and public policies for access to education, based on the novel Solitária, by Eliana Alves Cruz. The study articulates History and Literature to understand how literary narratives can serve as fertile historical sources. To this end, the concepts of Intersectionality, by Carla Akotirene, and the Pact of Whiteness, by Cida Bento, are employed to analyze how race, gender, and class structure the historical inequalities inherent in this professional category in Brazil. The adopted methodology is qualitative and hybrid in nature, combining Content Analysis, a statistical data survey, and the State of the Art. Furthermore, laws such as the Proposed Constitutional Amendment (PEC) No. 72, better known as the Domestic Workers' PEC (2013), and the Quota Law (2012)

[1] Na elaboração deste artigo, a Inteligência Artificial foi utilizada exclusivamente para auxiliar na formatação das referências bibliográficas, conforme as normas da revista. Todo o conteúdo textual, a pesquisa, a análise e as interpretações são de autoria própria.

[2] Universidade de Pernambuco – Campus Petrolina, Doutora em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora, Grupo de Estudos e Pesquisas Educação, Comunicação e Feminismos - Flores Raras. ORCID id: http://orcid.org/0000-0003-2149-4129. E-mail: camila.roseno@upe.br

[3] Colégio Motivo – Petrolina, licenciada em História pela Universidade de Pernambuco. ORCID id: http://orcid.org/0009-0009-2070-333X. E-mail: helenacb1201@gmail.com

are examined. The study highlights the union struggle and affirmative actions as crucial strategies to modify the scenario of the insertion of young Black women and men into domestic work. The results show the persistence of the slavery heritage in the Brazilian social imaginary, the importance of affirmative policies in expanding these young people's access to higher education, and the validity of literature as a historical source. It is also find that the professionalization of the category don´t eliminate negligence and informality. In this sense, it is identified how the articulation between History and Literature can contribute to analyzing complex social experiences and strengthening academic debates on these themes.
Keywords: Public Education Policies; Intersectionality; Contemporary Brazilian Literature; Eliana Alves Cruz; Structural Racism.

RESUMEN
Esta investigación tiene como objetivo investigar las relaciones entre el trabajo doméstico y las políticas públicas de acceso a la educación, a partir de la novela Solitária, de Eliana Alves Cruz. El estudio articula Historia y Literatura para comprender que las narrativas literarias pueden servir como fuentes históricas fértiles. Para ello, se emplean los conceptos de Interseccionalidad, de Carla Akotirene, y Pacto de la Blanquitud, de Cida Bento, con el fin de analizar cómo raza, género y clase estructuran las desigualdades históricas inherentes a esta categoría profesional en Brasil. La metodología adoptada es de naturaleza cualitativa e híbrida y combina el Análisis de Contenido, el levantamiento de datos estadísticos y el Estado del Arte. Además, se examinan leyes como la Propuesta de Enmienda a la Constitución (PEC) n.º 72, más conocida como PEC de las Trabajadoras Domésticas (2013), y la Ley de Cuotas (2012). El estudio destaca la lucha sindical y las acciones afirmativas como estrategias cruciales para modificar el escenario de inserción de jóvenes negras y negros en el trabajo doméstico. Los resultados evidencian la permanencia de la herencia esclavista en el imaginario social brasileño, la importancia de las políticas afirmativas en la ampliación del acceso de estos jóvenes a la educación superior y la validez de la literatura como fuente histórica. También se constata que la profesionalización de la categoría no eliminó la negligencia y la informalidad. En este sentido, se identifica cómo la articulación entre Historia y Literatura puede contribuir a analizar experiencias sociales complejas y fortalecer los debates académicos sobre estos temas.
Palabras clave: Políticas Públicas de Educación; Interseccionalidad; Literatura Brasileña Contemporánea; Eliana Alves Cruz; Racismo Estructural.

INTRODUÇÃO

Ao analisar o campo historiográfico é notável que o trabalho doméstico passou a ser um tema emergente na transição do século XX para o XXI, principalmente no âmbito da História Social do Trabalho. As transformações do século XX na historiografia ampliaram o conceito de fontes históricas e as abordagens temáticas, com ênfase em sujeitos e problemáticas que, até então, haviam sido excluídos ou pouco explorados pela vertente tradicional. Embora as pesquisas sobre trabalho doméstico no Brasil ainda estejam mais concentradas no Direito e nas Ciências Sociais, a História aos poucos conquista espaço nesse domínio, a partir de diferentes perspectivas sobre essa questão e em diálogo com debates sobre gênero, raça e classe.

Entre essas perspectivas, o conceito de escrevivência, formulado por Conceição Evaristo (2020), oferece uma contribuição relevante para pensar a construção de narrativas que revelam vivências e trajetórias de mulheres negras. A obra *Solitária*, de Eliana Alves Cruz, publicada em 2022, constitui a principal fonte deste estudo, por tratar do trabalho doméstico e suas implicações na vida de uma empregada e de sua filha, ao articular questões estruturais como racismo, sexismo e desigualdade social. Essa abordagem possibilita um diálogo produtivo entre História e Literatura e evidencia como obras literárias também podem funcionar como fontes para compreender processos históricos.

O trabalho doméstico remunerado no Brasil é marcado pela predominância de mulheres negras de baixa renda, realidade que reflete as heranças coloniais e a permanência de estereótipos raciais e de gênero. A compreensão desse fenômeno exige uma abordagem interseccional, conforme discutido por Carla Akotirene (2019) e Kimberlé Crenshaw (1989), autoras que evidenciam como racismo, capitalismo e patriarcado se articulam na produção e reprodução das desigualdades enfrentadas por esse grupo.

Assim, este estudo tem como objetivo geral analisar as relações entre trabalho doméstico e políticas de acesso à educação a partir do livro *Solitária*, de Eliana Alves Cruz (2022), e destaca o diálogo entre História e Literatura. Especificamente, busca: investigar o vínculo entre escravidão, pós-abolição e trabalho doméstico; identificar processos históricos da luta sindical das trabalhadoras domésticas no Brasil; e examinar a conexão entre políticas públicas educacionais e possíveis mudanças no cenário desse setor. Diante das características sociais do trabalho doméstico e as transformações ocorridas nas últimas décadas, a pesquisa pretende contribuir para ampliar a compreensão sobre as condições dessa categoria no Brasil e incentivar novas produções acadêmicas sobre o tema, especialmente no campo da História, onde o assunto ainda é menos explorado em comparação a outras áreas.

PERCURSOS METODOLÓGICOS

Ao escolher como fonte histórica uma obra literária leva-se em consideração o que o pesquisador em História e Literatura, Antônio Celso Ferreira aborda no artigo *Literatura: A fonte fecunda. S*egundo ele: "[...] devem interessar à pesquisa histórica todos os tipos de textos literários, na medida em que sejam vias de acesso à compreensão dos contextos sociais e culturais" (Ferreira, 2013, p. 9). Assim, o livro *Solitária* mostra-se relevante para este estudo nessa área, pois constitui um meio de analisar e compreender problemáticas atuais que remontam a acontecimentos históricos do passado, mas que ainda ressoam no presente.

Assim, este trabalho está situado na área de História e Literatura, segue uma abordagem qualitativa e híbrida, uma vez que foram utilizadas diferentes técnicas a fim de alcançar os objetivos da pesquisa, conforme apresentado nos parágrafos abaixo. Essa proposta metodológica, segundo a pesquisadora Maria Cecília de Souza Minayo (2010), considera com o universo de significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes.

Além disso, essa pesquisa está situada e pretende contribuir com os estudos raciais e feministas, nesse sentido, é uma investigação engajada, mobilizada pela experiência pessoal da autora. A pesquisadora Haraway (2009, p. 15) escreve sobre a necessidade de uma perspectiva feminista de ciência que "[...] ofereça uma explicação mais adequada, mais rica, melhor do mundo, de modo a viver bem nele, e na relação crítica, reflexiva em relação às nossas próprias e às práticas de dominação de outros e nas partes desiguais de privilégio e opressão que todas as posições contêm".

Desse modo, a historiadora Pesavento (2003, p. 3), no artigo *O mundo como texto: leituras da História e da Literatura*, aponta a estreita relação entre esses campos, pois "[...] ambas têm sempre como referência o real", nesse caso, a vivência de trabalhadoras domésticas negras no Brasil.

A pesquisa buscou, por meio da técnica de Análise de Conteúdo de Bardin (2011), dividida em três fases (pré-análise, exploração do material e interpretação), examinar a obra a partir dos objetivos do estudo. Na fase de pré-análise, foi realizada a leitura do livro com grifos em passagens pertinentes para serem analisadas posteriormente. Na fase de exploração do material, buscou-se, por meio da elaboração de tabela no software Excel, a catalogação de excertos da obra. O critério de seleção dos trechos baseou-se nas problemáticas pertinentes ao estudo, tais como: a desigualdade social entre brancos e negros; a negligência da subjetividade das empregadas domésticas; resquícios da escravidão na categoria de trabalhadoras domésticas; e o acesso à educação por parte dessas trabalhadoras e de suas filhas e filhos.

A fase de interpretação da fonte foi feita com base no contexto em que a obra foi escrita. A autora, dentro das vivências de seus personagens, retrata problemáticas que remetem a acontecimentos da atualidade do Brasil, como o caso do menino Miguel[4] e o impacto da pandemia da Covid-19 nas diferentes classes sociais. Além disso, a escritora aborda um período histórico marcado por séculos de expropriação do trabalho doméstico e realidades contemporâneas definidas pela herança escravocrata do país.

A partir da técnica do Estado da Arte, com base na abordagem da pesquisadora Ferreira (2002), no artigo *As pesquisas denominadas Estado da Arte* foi possível identificar que grande parte dos artigos sobre trabalho doméstico está concentrada nas áreas de Direito e Ciências Sociais. Essa constatação, evidencia a carência de estudos sobre o tema na área de História, o que reforça a relevância deste estudo.

Para realizar essa atividade, empregou-se a plataforma acadêmica *SciELO* e o *website* Google Acadêmico para buscar artigos relacionados aos objetivos da pesquisa, com os seguintes descritores: "trabalho doméstico"; "luta sindical doméstica"; "trabalho doméstico e escravidão"; "políticas educacionais e trabalho doméstico", "Lei de Cotas e decolonialidade". A busca teve caráter exploratório e qualitativo, de modo que se optou por não realizar contabilização inicial exata do número de trabalhos localizados. Adotaram-se como critérios de inclusão: a centralidade do trabalho doméstico como objeto de análise e a publicação entre 2017 e 2024. Como critérios de exclusão, consideraram-se: artigos anteriores a 2017, por estarem fora do recorte temporal delimitado; e os que não abordavam o trabalho doméstico como tema central, por tratarem de outras categorias de análise. A seleção dos materiais foi baseada na leitura dos resumos e na relevância destes para o estudo, bem como na data de publicação. A delimitação desse recorte temporal justifica-se pela necessidade de priorizar fontes recentes, em consonância com as exigências de atualização bibliográfica de periódicos acadêmicos. O Quadro 1 abaixo apresenta os artigos selecionados:

[4] O caso aconteceu em junho de 2020, quando a trabalhadora doméstica Mirtes deixou o filho sob os cuidados da sua patroa Sari enquanto passeava com o animal de estimação da empregadora. O filho de Mirtes, em busca da mãe, é colocado pela patroa de sua mãe sozinho dentro do elevador e acaba caindo do 9° andar de prédio no Recife (PE). Disponível em: https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2020/06/03/corpo-de-menino-que-morreu-ao-cair-do-9o-andar-de-predio-no-recife-e-liberado.ghtml. Acesso em: 05 nov. 2024.

Quadro 1 - Estado da arte

Título	Autoria(s)	Área de concentração principal	Ano de publicação
Entre e para além da literatura: um estudo da noção 'escrevivência', de Conceição Evaristo.	Juliano Casimiro de Camargo Sampaio; Marcelo de Jesus; Olívia Aparecida Silva de Oliveira	Letras	2021
Organização sindical das trabalhadoras domésticas no Brasil: um estudo à luz do pensamento decolonial	Isadora Naves de Freitas	Direito	2022
Ações afirmativas de promoção da igualdade racial na educação: Lutas, conquistas e desafios	José Eustáquio de Brito; Nilma Lino Gomes; Paulo Vinícius Baptista da Silva	Educação	2021
O cheiro da vida dos outros: o espaço dos corpos negros no romance Solitária, de Eliana Alves Cruz.	Daniela Cristine Jantsch	Letras	2024
Escravos e libertos nos serviços domésticos no Recife do século XIX: mudanças e continuidades	Tatiana Silva de Lima	História	2021
A "mucama permitida": A origem escravocrata do emprego doméstico no Brasil	Sophia Alencar Araripe Luna	Direito	2017
Mucama Permitida: a identidade negra do trabalho doméstico no Brasil.	Tamis Porfírio Costa Crisóstomo Ramos Nogueira	Ciências Sociais	2017
Lei de Cotas, Políticas da (In)Visibilidade e Cidadanias Decoloniais.	Jackeline Caixeta Santana	Direito	2023
Direitos dos trabalhadores domésticos: O que já foi conquistado e o que ainda falta conquistar	Brisa Mar Sousa Santos	Direito	2017
A mucama permitida no século XXI: uma análise da invisibilidade do trabalho escravo doméstico contemporâneo, a partir do caso de Sônia Maria de Jesus	Gabryelle Lima Viera	Direito	2024

Fonte: As autoras.

Além disso, buscaram-se dados estatísticos dos últimos cinco anos referentes ao trabalho doméstico no Brasil. A pesquisa foi realizada na internet com a inserção do descritor "dados sobre trabalho doméstico no Brasil IBGE", que resultou em diferentes websites com informações sobre a categoria. A opção por analisar essas informações teve como ponto de partida a compreensão, segundo Ferreira (2013), de que é papel do historiador confrontar a fonte literária com outras fontes que permitam a contextualização da obra para que possa se aproximar dos múltiplos significados da realidade histórica.

Durante a busca foi dada prioridade ao site do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), entidade criada e mantida pelo movimento sindical brasileiro. A escolha se deu

pela construção de infográficos feitos com diversos dados sobre o trabalho doméstico, coletados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), vinculada ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que registrou que a maioria dos trabalhadores domésticos no Brasil é composto por mulheres negras, o que evidencia a questão racial tão marcante e pertinente na categoria trabalhista e na obra literária analisada neste estudo.

Ademais, a pesquisa buscou, a partir da Análise Documental e dos objetivos do estudo, analisar e relacionar documentos como a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) n° 72 (Brasil, 2013), mais conhecida como PEC das Domésticas de 2013, ao processo de luta sindical das trabalhadoras domésticas e à Lei n° 12.711 de 2012 (Brasil, 2012), conhecida como Lei de Cotas, como a possível responsável pela inserção de filhas e filhos dessas trabalhadoras no ensino superior no Brasil.

Isso posto, a análise da Lei de Cotas deve-se à entrada de Mabel no livro *Solitária* ao ensino superior e rompe com o círculo de opressão que passa de geração em geração no trabalho doméstico e que pode ser observado em outras produções artísticas, a exemplo do filme *Que horas ela volta?*[5] com o qual é possível traçar diferentes paralelos com a obra analisada neste estudo.

SOLITÁRIA: A OBRA, SUA AUTORA E O ENREDO

Publicado em 2022 pela editora Companhia das Letras, *Solitária* é o quarto livro da jornalista e escritora carioca Eliana Alves Cruz, também autora de *Água de Barrela* (Cruz, 2015) e *O Crime do Cais do Valongo* (Cruz, 2018). Nesta obra, a autora aborda como temática central o trabalho doméstico e suas implicações na vida de uma empregada doméstica e de sua filha. Incluído na lista de leituras recomendadas para o Vestibular Unificado 2025 da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o livro reforça a relevância de discutir, também na esfera literária, temas atravessados por questões sociais estruturais.

A narrativa é organizada em três partes. A primeira é narrada por Mabel, filha da trabalhadora doméstica Eunice; a segunda, pela própria Eunice; e a terceira, por meio da personificação (prosopopeia), que atribui características humanas a cômodos e objetos, os quais se tornam narradores das vivências das protagonistas. Um desses lugares é bem reconhecido na história do país, o cômodo popularmente conhecido como: “o quartinho da empregada”.

A trama acompanha Eunice, mulher negra, periférica e semianalfabeta, que atua como empregada doméstica residente, ou seja, mora na casa de seus patrões. Por só retornar ao próprio lar nos fins de semana, leva Mabel para o local de trabalho. Assim, a filha cresce imersa nesse ambiente e, a despeito da proibição legal do trabalho infantil, desempenha diversas funções semelhantes às da mãe. Essa vivência evidencia a situação de muitas profissionais da categoria no Brasil contemporâneo, que, além de provedoras do lar, não contam com rede de apoio para cuidar dos filhos.

[5] O filme de drama foi lançado em 2015, sob direção de Anna Muylaert, e protagonizado por Regina Casé, que interpreta Val, uma empregada doméstica nordestina que trabalha para uma família classe média alta em São Paulo e sua filha, Jéssica (Camilla Márdila), que mora em Pernambuco, mas precisa ficar hospedada na casa onde a mãe trabalha para prestar um vestibular. A obra ganhou grande repercussão, tanto nacional como internacional, sendo eleita pela Associação Brasileira de Críticos de Cinema (Abraccine) como o melhor filme de 2015, uma vez que reflete questões importantes da sociedade brasileira, como as relações entre patrões e trabalhadoras domésticas e desigualdade social.

O enredo sugere, ainda que de forma não linear, a trajetória de três gerações: inicia possivelmente nos anos 1940, com Dona Codinha, mãe de Eunice, que trabalhava em casas de família e a levava também para auxiliá-la, e se estende até 2022. Mesmo com esse recorte temporal, as histórias das personagens estão enraizadas em contextos sociais mais amplos, que remontam à escravidão, questão que será aprofundada ao longo deste trabalho. A vida de Eunice e Mabel também foi atravessada por situações de alcoolismo e violência doméstica. O pai de Mabel, alcoolista, tinha registro de agressões contra Eunice. Embora vivessem na mesma casa, ela não podia contar com ele nem com sua mãe, Dona Codinha, idosa e adoentada.

A trajetória de Mabel e Eunice foi marcada por anos de serviço doméstico, morando no "quartinho da empregada" do condomínio de classe média alta Golden Plate. Nesse ambiente, as protagonistas conviveram diretamente com a família empregadora composta por Thiago e Lúcia, casal que são pais de Camilinha. Também dividiram o espaço com outros personagens, como Jurandir, porteiro do edifício, e seus filhos, Cacau e João Pedro, que, assim como Mabel, não tiveram o direito de desfrutar plenamente da infância e da adolescência, além de precisarem se tornar invisíveis para não atrapalhar o trabalho dos pais no local. Outra presença importante foi Dadá, que trabalhava para a síndica do desse prédio e, embora fosse idosa, sempre carregava consigo uma bonequinha de pano e mantinha um ar infantil. Esses últimos foram primordiais para Eunice e Mabel, pois, em meio a uma realidade marcada pela exploração e pelo racismo, receberam apoio e afeto de pessoas que compartilhavam experiências semelhantes às suas.

A obra também evidencia o que a doutora em Psicologia Cida Bento denomina "Pacto da Branquitude", conceito que se refere às relações de poder e pacto silencioso de cumplicidade entre pessoas brancas, com o objetivo de manter privilégios historicamente adquiridos, especialmente a partir da escravidão, que ainda marginaliza corpos negros, relegando-os a espaços de servidão (Bento, 2022). No contexto brasileiro e no universo ficcional de Eliana Alves Cruz, esse pacto se traduz na preservação de barreiras de acesso e oportunidades, o que garante a reprodução de desigualdades.

O trabalho doméstico remunerado no Brasil é uma ocupação marcada majoritariamente pela presença de mulheres negras de baixa renda, reflexo direto de um sistema que combina racismo e sexismo. O imaginário social brasileiro ainda é fortemente influenciado pelas heranças coloniais que, em geral, associam as pessoas negras à hipersexualização e/ou à servidão.

Sobre isso, Cida Bento (2022, p. 41) explica, a partir do conceito de capitalismo racial, usado por sul-africanos durante as lutas contra o apartheid na década de 1970, como esse sistema, além de se basear na lógica de acumulação de riqueza, também está fundamentado em dinâmicas de raça, etnia e gênero. Nas palavras da autora:

> O capitalismo racial elucida como o capitalismo funciona por meio de uma lógica de exploração do trabalho assalariado, ao mesmo tempo que se baseia em lógicas de raça, etnia e de gênero para expropriação, que vão desde a tomada de terras indígenas e quilombolas até o que chamamos de trabalho escravo ou o trabalho reprodutivo de gênero etc.

Assim, não é possível discutir trabalho doméstico remunerado sem considerar a interseccionalidade, conceito que articula gênero, raça e classe na análise das desigualdades. Este estudo adota como referência a formulação da pesquisadora brasileira Carla Akotirene, baseada na concepção original da norte-americana Kimberlé Crenshaw. Segundo Akotirene (2019, p. 19) "A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado - produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais".

Além disso, o conceito é entendido também a partir da intelectual Lorde (2019) como o atravessamento de categorias sociais que formulam as identidades e as opressões, de tal forma que não podem existir hierarquias de opressão já que essas categorias estão interseccionadas e atingem simultaneamente mulheres negras.

"QUANTO À DOMÉSTICA, ELA NADA MAIS É DO QUE A MUCAMA PERMITIDA"[6]: RELAÇÃO ENTRE ESCRAVIDÃO E O TRABALHO DOMÉSTICO

O período da escravidão no Brasil, que durou por mais de trezentos anos, e foi inclusive o último país da América a aboli-la, impôs opressões e diferentes estigmas sobre a população negra que perduram até hoje. Por meio do tráfico transatlântico de indivíduos tiradas à força do continente africano e trazidas em péssimas condições, milhares de pessoas negras foram vendidas e forçadas a desempenhar diversas funções como mão de obra escravizada. Sujeitas a castigos físicos, psicológicos e sexuais, esses sujeitos, desde a partida de suas terras, tiveram a subjetividade roubada e reduzida apenas à capacidade de servir a uma elite branca e, inicialmente, europeia, que por gerações e séculos se beneficiam até hoje da exploração dos corpos negros, assim como dos seus saberes.

Ao analisar as condições de mulheres negras na história do Brasil, nota-se que essas mulheres tiveram a trajetória marcada pelo trabalho, forçado durante a escravidão e mal remunerado no período pós-abolição, de modo que a visão social sobre elas está sempre associada à condição servil. Sobre isso, Angela Davis (2016, p. 24) escreve:

> O enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos da escravidão. Como escravas, essas mulheres tinham todos os outros aspectos da sua existência ofuscados pelo trabalho compulsório. Aparentemente, portanto, o ponto de partida de qualquer exploração da vida das mulheres negras na escravidão seria uma avaliação de seu papel como trabalhadoras.

No contexto da escravidão do Brasil, mulheres negras escravizadas desempenhavam diversas funções. Sobre isso, a pesquisadora em Ciências Sociais, Nogueira (2017, p. 6), da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), afirma que era "[...] incumbência das mucamas o trabalho reprodutivo, desde a cozinha e a limpeza da casa até a criação dos filhos e a satisfação sexual dos senhores". Essas

[6] A frase pertence a Lélia Gonzalez e foi retirada do seu texto *Racismo e Sexismo* na cultura brasileira de 1984, presente no livro *Primavera para as Rosas Negras* de 2018, que reúne uma coletânea de textos da autora.

trabalhadoras que serviram à força a uma elite escravocrata, foram obrigadas a ocupar o lugar de cuidado, ao passo que mulheres brancas foram liberadas das atividades em suas próprias casas e famílias. Nesse contexto elas foram forçadas a renunciar à criação de seus próprios filhos que já nasciam escravizados.

Dessa forma, consolidou-se no imaginário social brasileiro a associação de tais mulheres à hipersexualização e a condições de servidão desumanas para atender aos desejos de uma parcela da população que até hoje mantém privilégios sociais herdados desse passado escravocrata. A visão delas como a mulata que samba ou a mãe-preta que cuida de todos que precisam dela é bem aceita socialmente já que está encaixada no estereótipo das funções que "[...] nasceu para fazer" (Nogueira, 2017, p. 6).

Na obra *Solitária*, percebe-se essas relações marcadas pela lógica escravista a partir dos patrões da personagem Eunice que se aproveitaram do fato de a trabalhadora não ter com quem deixar sua filha Mabel, já que sua mãe idosa estava doente e o seu marido era alcoólatra. Dessa forma, autorizaram a doméstica levar a filha para o trabalho desde que esta ficasse confinada no "quartinho da empregada". Nesse contexto, Mabel inicialmente fica nas dependências reservadas à funcionária, mas ao longo da trajetória de sua mãe no Golden Plate, condomínio onde Eunice trabalhava, ela se torna uma extensão materna e realiza as mesmas funções. Sobre isso, é possível notar como o conceito de Pacto da Branquitude, conceito desenvolvido pela pesquisadora Bento (2022), conforme exposto anteriormente, se fez presente na narrativa, uma vez que os empregadores de Eunice exploraram o trabalho infantil e se beneficiaram do trabalho doméstico de duas mulheres negras, e pagaram pelo valor apenas de uma, como é expresso por Mabel no seguinte trecho do livro:

> Eu vivia ali e já estava, como dizia todo mundo, "grandinha". Óbvio que sobrou para mim ajudar nos cuidados com aquela bebê, pois a casa era gigante e a supereficiente d. Eunice deixava os patrões acharem que não precisavam de mais ninguém. Se pensarmos direitinho, eles estavam certos. Para que gastar com mais empregadas se tinham uma que valia por duas e vinha com uma ajudante grátis? (Cruz, 2022, p. 44).

Essa situação reflete a herança escravocrata no trabalho doméstico na contemporaneidade, ao remeter a um período histórico em que filhas e filhos de mulheres escravizadas não tinham direito à infância, pois já nasciam destinados ao cativeiro. Nessa citação, Cida Bento também aborda a institucionalização do trabalho infantil no período escravista e destaca a Lei do Ventre Livre:

> Em 1871, por exemplo, foi publicada A Lei do Ventre Livre, libertando os filhos das mulheres escravizadas, mas colocando-os sob custódia do senhor, que deveria receber uma indenização do Estado quando a criança completasse oito anos, ou poderia exigir compensação da própria criança, forçando-a a trabalhar até os 21 anos (Bento, 2022, p. 33-34).

A despeito da abolição da escravidão por meio da assinatura da Lei Áurea em 1888, a situação da população negra não passou por muitas mudanças naquele contexto, visto que a medida não foi acompanhada por políticas de integração (econômicas, sociais, educacionais etc.) dessas pessoas na sociedade, o que deixou os recém-libertos em condições de vulnerabilidade social e de dependência em

relação aos escravocratas. Sobre isso, Juliana Teixeira, em seu livro *Trabalho Doméstico*, publicado pela coleção Feminismos Plurais e organizado por Djamila Ribeiro, aponta:

> Após a abolição da escravatura, a situação das ex-escravizadas domésticas era próxima à da escravização. Muitas delas residiam na casa dos patrões, sem horário determinado de trabalho e sem qualquer tipo de remuneração pecuniária. Quando recebiam, se tratavam de valores irrisórios. Era comum que o trabalho fosse exercido desde a infância (Coronel, 2010, p. 7-18 *apud* Teixeira, 2021, p. 32).

Com base na análise dos dados de 2022 sobre o trabalho doméstico no Brasil, divulgados pela Pnad Contínua, vinculado ao IBGE, registrou-se que 91,4% dos 5,8 milhões de trabalhadores domésticos eram mulheres, e, destas, 67,3% são negras (DIEESE, [2022 ou 2023]). Esses dados reforçam a fala de Gonzalez (1984) quanto ao lugar da mulher negra na sociedade brasileira, pois destaca que elas, naturalmente, desempenham funções de cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta. Esse cenário reflete uma continuidade do período da escravidão brasileira e do racismo que destina a essas mulheres ocupações subalternizadas, tal qual uma mucama permitida que presta serviços a uma branquitude e leva sua família e a dos outros nas costas (Gonzalez, 1984).

Nesse sentido, os dados evidenciam que o trabalho doméstico profissional é desempenhado majoritariamente por mulheres, o que expõe mais uma vez a divisão sexual do trabalho. Tanto na esfera pública quanto na privada, essas mulheres, em sua maioria, ocupam funções associadas ao cuidado e à limpeza. Ademais, as informações também revelam a interseccionalidade de gênero, raça e classe presente nessa categoria, uma vez que a maior parte delas é negra e pobre.

Em *Solitária*, a realidade de Eunice e Mabel, que serviam à família de Lúcia, além de marcada pelo sexismo intrínseco na categoria do serviço doméstico, estava permeada também pelo racismo que ainda impõe condições desumanas e locais de trabalho precários aos corpos negros. Essa situação se evidencia quando Mabel adentra o "quartinho da empregada" pela primeira vez:

> Bateu sede, mas eu não podia sair do quartinho. Bateu fome, mas eu não podia sair do quartinho. Bateu vontade de fazer xixi, mas… descobri que tinha um micro banheiro atrás de outra porta branca: o vaso sanitário, um chuveiro que por pouco não estava sobre o vaso e, em frente aos dois, uma pia com um espelho na parede acima dela. Entre o espelho e a pia, uma prateleira com um pote, um tubo de pasta de dentes e uma escova dentro. Tudo no diminutivo (Cruz, 2022, p. 18).

O relato de Mabel revela as condições precárias às quais muitas trabalhadoras domésticas estão sujeitas no ambiente de trabalho, marcado também pela segregação espacial. Essas profissionais não têm direito a usufruir dos mesmos espaços e objetos e, muitas vezes, da alimentação de seus patrões, pois precisam usar o elevador de serviço, levar sua própria comida para o trabalho e utilizar o banheiro e a cama localizados nas dependências reservadas à funcionária ou na "solitária", termo que dá nome à obra de Eliana. Na terceira parte do livro, a personificação do quarto da empregada é expressa como um local destinado a confinar as personagens Eunice e Mabel e separá-las do convívio externo (Cruz, 2022).

Acerca disso, a professora, historiadora e rapper Joyce Fernandes, mais conhecida como Preta Rara, afirma por meio de seu relato como ex-trabalhadora doméstica e filha de uma ex-trabalhadora doméstica que "[...] a senzala moderna é o quartinho da empregada" (Rara, 2019, p. 18). Ao associar esse espaço com a senzala, Preta Rara expressa as reminiscências da escravidão nessa categoria, além de denunciar os descasos marcados pela precarização e racismo que muitas dessas profissionais vivenciam diariamente.

É importante pontuar que, embora haja essa herança escravocrata no trabalho doméstico, essas mulheres resistiram continuamente ao processo de precarização desde a escravidão até os dias atuais. Tatiana Lima, mostra, em sua dissertação, estratégias empregadas por mulheres e homens escravizados no século XIX, que exerciam funções tanto no âmbito doméstico quanto em outras áreas, para não cumprirem serviços indesejados. A pesquisadora traz casos de fugas, de senhores que se queixavam das "péssimas condutas" dos cativos, a ponto de devolver esses cativos para o mercado de venda, além da subtração de itens feita pelos escravizados como forma de compensar o trabalho compulsório a que estavam sujeitos (Lima, 2021). Nessa mesma perspectiva de resistência, os séculos XX e XXI também foram marcados por estratégias das trabalhadoras domésticas que, por meio do movimento sindical, buscaram melhorias e igualdade de direitos trabalhistas perante a lei.

BREVE HISTÓRICO DA LUTA SINDICAL DAS DOMÉSTICAS NO BRASIL

O trabalho doméstico no Brasil é marcado pela desvalorização e pela dificuldade em reconhecer a importância das profissionais para o país. Essa indiferença pode ser explicada pelo imaginário social que enxerga nelas apenas a sua condição servil, sobretudo por serem, em sua maioria, mulheres negras. Além disso, as funções desempenhadas por essas mulheres não são vistas como produtivas do ponto de vista capitalista, já que não geram lucro diretamente. No entanto, são justamente essas empregadas que, muitas vezes, em condições de servidão e precarização, permitem que mulheres e homens brancos se alimentem, se vistam, tenham suas casas limpas e que consigam trabalhar tanto dentro de casa, como fora. Além das diferentes tarefas exercidas cotidianamente, muitas dessas mulheres ainda são responsáveis também pelo cuidado materno das filhas e/ou dos filhos de seus empregadores.

Embora essa categoria seja marcada pela desvalorização e descasos, é importante pontuar o processo de luta de ativistas e trabalhadoras domésticas quanto à garantia de direitos para a profissão, processo compreendido pelo sociólogo Joaze Bernardino-Costa (2007), como um movimento de resistência e (re)existência dessa classe. Esse movimento ganha corpo a partir de nomes como Laudelina de Campos Melo e Creuza Maria Oliveira, ex-trabalhadoras domésticas negras, que foram primordiais na mobilização por meio do movimento sindical para o reconhecimento e a equiparação de direitos trabalhistas dessas trabalhadoras no Brasil.

A organização sindical das trabalhadoras domésticas no Brasil teve início com a fundação da Associação Profissional dos Empregados Domésticos de Santos, em 1936, liderada por Laudelina. O objetivo da associação era garantir o reconhecimento jurídico da categoria como sindicato e reivindicar os direitos traba-

lhistas das domésticas. Segundo Sophia Alencar Araripe Luna, em sua pesquisa sobre os direitos das trabalhadoras domésticas, a exclusão dessa categoria abrangia tanto a falta de direito à sindicalização quanto a não regulamentação da profissão pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), instituída em 1943, no governo de Getúlio Vargas (Luna, 2017).

É fundamental destacar a importância do Movimento Negro na luta das trabalhadoras domésticas no Brasil. Laudelina foi integrante do movimento Frente Negra Brasileira e participante ativa em outras organizações de pessoas negras. Além disso, a partir de 1960, o Teatro Experimental do Negro, também contava com mulheres negras domésticas, que foram mobilizadas para se alfabetizar e se engajar nos estudos sobre os direitos da categoria. Outro aspecto relevante nesse processo foram as ações empreendidas pela Igreja Católica, por meio da Juventude Operária Católica (JOC) que, através de encontros em várias regiões do Brasil, reuniu trabalhadoras domésticas para discutir seus direitos e a ausência de leis que reconhecessem e defendessem a categoria (Bernardino-Costa, 2007).

Segundo Isadora Naves de Freitas, no âmbito jurídico, a categoria das trabalhadoras domésticas só conquistou o primeiro marco legal em 1972, com a Lei n° 5.859/72, que garantiu direitos a férias anuais remuneradas (restrita a vinte dias úteis), salário-mínimo, Previdência Social e inclusão no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), que era facultativo (Freitas, 2022). Embora houvesse esse reconhecimento jurídico, nota-se que a lei não contemplou diversos direitos trabalhistas já garantidos a outros setores, como a definição da carga horária máxima semanal e a proibição do trabalho infantil.

Ainda segundo Freitas (2022), a luta das domésticas por novos direitos trabalhistas persiste e, em 1988, a nossa atual Constituição Federal, também conhecida como Constituição Cidadã, complementou a lei n° 5.859/72, citada anteriormente. Por meio de diversos incisos no artigo 7°, direitos como salário mínimo fixado em lei, décimo terceiro salário, irredutibilidade de salário[7], repouso semanal remunerado (preferencialmente aos domingos), férias anuais remuneradas com pelo menos um terço a mais do salário, licença-maternidade de 120 dias, licença-paternidade de cinco dias, aviso prévio proporcional de no mínimo trinta dias e aposentadoria por idade, por tempo de contribuição e por invalidez previdenciária, passaram a ser garantidos às trabalhadoras domésticas. Além disso, foi a partir da Constituição de 1988 que as associações dessas profissionais nas diversas regiões do Brasil ganharam o status de sindicato (Freitas, 2022).

Freitas (2022) destaca que a equiparação dos direitos trabalhistas das empregadas domésticas aos de outras categorias só ocorreu de fato em 2013, com a aprovação da PEC n° 72, mais conhecida como “PEC das Domésticas”, e sua regulamentação pela Lei Complementar n° 150, de 2015. A PEC garantiu direitos como proteção contra demissão arbitrária, seguro-desemprego, FGTS, carga horária de oito horas diárias e 44 horas semanais, pagamento de horas extras com adicional de 50% sobre a hora normal, vedação a diferenças salariais por sexo, idade, cor ou estado civil, além da restrição ao trabalho noturno, perigoso e insalubre para menores de 18 anos, bem como a proibição do exercício dessa função para menores de 16 anos.

[7] A irredutibilidade salarial é um princípio que visa garantir que o salário do empregado não sofra redução enquanto perdurar o contrato de trabalho.

A Lei Complementar também determinou que babás, diaristas e cozinheiras que trabalhassem por mais de dois dias por semana na mesma residência tivessem de ter a carteira assinada e os direitos garantidos.

A socióloga Renata Araújo Matos destaca a presença ativa de lideranças sindicais, como a ex-presidenta da Federação Nacional dos Trabalhadores Domésticos (Fenatrad), Creuza Oliveira, durante as sessões de votação da PEC. Essas representantes não lutaram apenas por meio de associações regionais, mas também participaram ativamente dos Congressos Nacionais das Trabalhadoras Domésticas, que acontecem desde 1968, além de pressionarem as autoridades jurídicas pelo reconhecimento e equiparação dos seus direitos (Araújo, 2017).

O processo de votação da PEC, ainda que representasse um avanço na luta e conquista de melhorias para as trabalhadoras domésticas, foi alvo de argumentos contrários à sua aprovação, sob a justificativa de que haveria um aumento da informalidade, com demissões em massa. O ex-presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, que, na época da deliberação era deputado federal pelo Partido Progressista (PP) do Rio de Janeiro, foi o único parlamentar a votar contra a lei. A decisão tomada em 2012 condiz com a índole do ex-presidente, atualmente inelegível, que ganhou as eleições de 2018 e cumpriu o mandato até 2022 apoiado em fake news e discursos racistas e misóginos.

Soma-se a isso as manifestações posteriores à aprovação da PEC, como a do ex-ministro da economia Paulo Guedes, ao se referir em tom classista e racista, como podemos qualificar a partir das suas falas, ao fato de empregadas domésticas em época de baixa cotação do dólar conseguirem ir à Disney com suas famílias. Esses posicionamentos dessas figuras públicas revelam o pensamento da classe média alta, que além de não reconhecer o trabalho doméstico como profissão nem os direitos dessas profissionais, se opõe à ideia de que pessoas historicamente subalternizadas possam acessar os mesmos espaços que a elite brasileira frequenta.

A luta do movimento sindical das trabalhadoras domésticas foi fundamental para a conquista dos direitos estabelecidos por meio da PEC. No entanto, percebe-se que o reconhecimento jurídico da profissão foi um processo lento e gradual, ocorrido quase oitenta anos após o início dessa organização liderado por Laudelina em São Paulo. E, a despeito da profissionalização da categoria, o imaginário escravocrata, racista e sexista da classe média alta brasileira persiste, e continua a afetar essas mulheres com descasos cotidianamente conforme será abordado no próximo tópico.

A PROFISSIONALIZAÇÃO DAS DOMÉSTICAS EM MEIO A (DES)CASOS

Em *Solitária*, Eunice e Mabel, enquanto mulheres negras que atuavam como empregadas domésticas residentes em um condomínio de classe média alta, foram alvo de situações marcadas pelo racismo e descasos nas relações com seus empregadores. Eunice trabalhou durante anos com o salário abaixo do valor devido, pois, segundo seus patrões, a chegada da primeira filha do casal traria muitas despesas.

A permanência de Eunice por tanto tempo na condição de exploração como profissional doméstica pode ser atribuída a diversos fatores, como a baixa escolaridade da personagem, que era semianalfabeta, e,

consequentemente, à falta de oportunidades para ocupar outros espaços. Além disso, havia a necessidade de alimentar sua filha Mabel e comprar medicamentos para sua mãe, Dona Codinha, que já era idosa e adoentada. Outro fator relevante foi o sentimento de gratidão eterna em relação aos patrões por não demiti-la em meio aos gastos com a chegada da filha e por permitirem que ela levasse Mabel para o trabalho, mesmo que essa ficasse inicialmente confinada no "quartinho da empregada".

A relação de Eunice com os seus empregadores, além de ser atravessada pelo sentimento de gratidão, estava marcada também pelo apego que ela tinha com a filha do casal, Camilinha. Tanto Eunice como Mabel cuidaram dela, mas Mabel além de perceber a relação de exploração em que ela e a mãe se encontravam, também via Camilinha como uma garota mimada e racista, como expresso em uma de suas falas: "Quando ela estava com seis anos e eu com onze, deu de puxar meu cabelo, dizendo que era muito duro" (Cruz, 2022, p. 45). Mabel frequentemente queixava-se do comportamento da menina para Eunice, no entanto, Eunice não conseguia compreender essas situações da mesma forma que sua filha. Ademais, Mabel sentia-se preterida pela sua mãe que dedicava mais tempo aos patrões e à criança do que a própria família, a exemplo do que ocorre com muitas trabalhadoras domésticas, muitas vezes privadas de cuidar de suas próprias famílias diante do trabalho exaustivo que exercem. Em um dos trechos do livro, Eunice diz:

> Mas ela não entende que a menina também é minha filha! Nunca que vou gostar menos dela e mais da outra. É só que a gente se apega a uma criança quando vê nascer, acompanha os primeiros passinhos, vê o primeiro dente cair... essas coisas. Quem não se comove com um sorriso de bebê tem pedra no lugar do coração. Ela não é má pessoa, e sempre foi carinhosa comigo. Quando era novinha, tinhas umas manhas. Coisa de criança... Mas eu não conseguia enxergar esse demônio que Mabel pintava. [...] O que eu ainda precisava enxergar? O que eu não conseguia ver e por quê?" (Cruz, 2022, p. 76).

O apego que Eunice tinha aos empregadores, em especial à filha deles, assim como o discurso de ser alguém "quase da família", mantiveram ela e Mabel no Golden Plate por vinte anos. Mabel dividia-se entre estudar e ajudar a mãe nas tarefas da casa, ao mesmo tempo que reprimia o sentimento de revolta, consciente da condição de exploração em que ambas se encontravam.

Além disso, o discurso de ser "quase da família" no contexto da categoria, como o vivenciado por Eunice, mascara os descasos com os quais tantas profissionais têm de lidar diariamente. Teixeira (2021) aborda como era comum, desde o período colonial, que empregadores deixassem objetos valiosos e até mesmo dinheiro em locais de fácil acesso para testar a confiança dos subordinados. Com Eunice, em *Solitária*, não foi muito diferente, sua empregadora também a submeteu a uma situação semelhante, ao deixar uma carteira com dinheiro na sala de estar.

> Abri e contei o dinheiro... Para elas podia não ser grande coisa, mas para mim era muito. Aquela quantia resolvia as infiltrações na cozinha e comprava roupas novas pra Mabel, que estava crescendo e perdendo tudo...garantia também alguns remédios da minha mãe...E alguém ali tinha aquilo tudo no bolso! (Cruz, 2022, p. 79).

A despeito de ser "quase da família", Eunice além de não ter direitos trabalhistas garantidos, receber menos do que o devido e ser confinada a um "quartinho da empregada" extremamente insalubre, des-

cobre que sua confiança foi testada pela sua patroa: “Ela pegou a carteira, contou nota por nota e me olhou com um sorriso enigmático” (Cruz, 2022, p. 80). Essa situação trouxe à tona para Eunice as histórias que sua mãe, Dona Codinha, costumava contar sobre o tempo em que sua avó servia em casas grandes. A protagonista então notou que os relatos, que antes considerava exagerados, se repetiam com ela: “As palavras de mamãe não me saíam da cabeça, e se antes havia coisas que eu achava difícil compreender, naquele primeiro dia comecei a entender tudo” (Cruz, 2022, p. 80).

> Preta Rara, em seu livro *Eu, empregada doméstica: A senzala moderna é o quartinho da empregada* traz diversos relatos de trabalhadoras domésticas, ex-trabalhadoras e familiares dessas mulheres sobre descasos sofridos pelos patrões. O relato abaixo reflete os descasos e a mentalidade escravocrata da classe média alta brasileira e que atravessa a realidade de tantas outras trabalhadoras como Eunice. Vejamos:
> Aos 28 anos, conheci meu marido e me mudei para Piracicaba onde mora a família dele também. (...) ele teve uma infância afortunada, com empregada doméstica morando dentro de casa e sempre que íamos almoçar na casa dos pais dele, ouvíamos coisas do tipo: “Depois que aquela Benedita da Silva, aquela deputada “de cor” (esfregando o dedo no braço), entrou no Congresso, não conseguimos mais arrumar ninguém em “condições decentes”; “Empregada não quer saber de trabalho hoje em dia, só pensa no dinheiro e direitos”; “Fulana fez de tudo para se aposentar, não gosta de pegar no pesado” (detalhe: Fulana trabalhou até os 67 anos, mais ou menos 7 anos na casa deles, nos últimos anos trabalhava 2 vezes por semana para “se adequar” à nova lei e saiu sem receber nenhum direito) (Rara, 2019, p. 64).

Benedita da Silva, mulher negra, ex-trabalhadora doméstica e deputada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) desde 2011, foi uma das principais articuladoras políticas da aprovação da PEC das Domésticas, juntamente com ONGs, instituições como a Fenatrad, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e profissionais da categoria. No entanto, o relato anterior, extraído do livro da Preta Rara, revela o cenário pós-PEC. Dados divulgados no site da CUT por meio da Pnad Contínua 2022 vinculada ao IBGE evidenciam que a informalidade persiste anos após a aprovação da lei, pois muitas das trabalhadoras mensalistas passaram a atuar como diaristas. Isso ocorre, em parte porque conseguem obter uma renda maior que o salário das mensalistas, embora fiquem desprotegidas legalmente, e em parte porque os empregadores evitam criar vínculo empregatício para não arcar com os devidos direitos.

Além disso, o relato de Preta Rara evidencia a repulsa e a dificuldade que a branquitude brasileira tem em reconhecer os direitos de pessoas que, até a aprovação da PEC, não eram vistas como profissionais. Após a promulgaçãao da Emenda, Creuza Oliveira, ex-empregada e ex-presidente da Fenatrad disse:

> Só não contávamos com o ódio dos patrões. Eles estavam acostumados com a casa-grande e senzala, com a trabalhadora que morava no local de trabalho e estava 24 horas à disposição... Isso pra alguns deles é absurdo, apesar do valor ser muito irrisório. […] Então os patrões estão reclamando do FGTS. Não é uma questão de dinheiro, mas de ódio de alguns porque estamos conquistando o direito de ter nossas filhas e netos na universidade, as trabalhadoras estão avançando (Portal Brasil, 2016 *apud* Santos, 2017, p. 58).

Além dos descasos que essas profissionais ainda enfrentam, mesmo diante da profissionalização da categoria, dados divulgados pelo Observatório da Erradicação do Trabalho Escravo e do Tráfico de Pessoas revelam que, entre 1995 e 2023, 631.035 indivíduos foram resgatados de condições análogas à escravidão

no Brasil (Vieira, 2024). Somente em 2023, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) resgatou 3.190 trabalhadores nessas condições. Dentre os resgatados submetidos ao trabalho análogo à escravidão, encontram-se mulheres que atuam em ambientes domésticos, muitas das quais iniciaram a atividade ainda na infância, vindas de regiões interioranas para serem "criadas" por famílias mais abastadas.

Em *Solitária,* Eliana Alves Cruz retrata o trabalho em condições análogas à escravidão por meio da personagem Dadá, que, ao longo da obra, despertou a curiosidade e deixou Mabel intrigada por ser alguém que, embora quase idosa, possuía comportamentos que remetiam a uma criança. Dadá era empregada da síndica do Golden Plate, chamada de Dona Imaculada, e nas poucas vezes que se encontrava com Mabel no condomínio, presenteava-a com bonecas de pano costuradas por ela mesma. No entanto, era uma mulher pouco falante e que sempre andava abraçada com uma dessas criações. Ela despertou também a curiosidade e desconfiança dos irmãos João Pedro e Cacau, filhos do porteiro Jurandir, que decidiram se aproximar dela e investigar sobre a história dela. Foi então que descobriram que vivia em condições análogas à escravidão. Cacau confirmou suas suspeitas quando, em uma conversa com Dadá, esta revelou temer ser agredida pela sua empregadora:

> — Olha, come esse chocolate aqui. É bom de verdade! O carro estava bem aqui na frente, Dadá! Era só descer… — Cacau abriu aquele sorriso bonito dele.
> — Deus me livre, mocinho! Mãezinha Imaculada é capaz de me bater com o chinelo…
> — Bater…? (Cruz, 2022, p. 121).

Cacau e seu irmão denunciaram a situação à polícia que resgatou Dadá das condições insalubres em que vivia. Dadá, assim como Eunice e Mabel, vivia em um quartinho em péssimas condições e boa parte da sua vida esteve em situação desumana da qual foi finalmente resgatada.

> — Dadá, quantos anos você tem? — perguntei.
> — Quarenta… acho.
> — Está com d. Imaculada desde quando?
> — Desde os dez. (Cruz, 2022, p. 122).

O caso de Dadá reflete as continuidades da lógica escravista, já retratada anteriormente, em que o sistema estruturado pela interseccionalidade de gênero, raça e classe relega as mulheres negras desde a infância até a velhice locais subalternizados. É justamente imersa nesse cenário que Mabel começa a vislumbrar um futuro diferente daquele vivido por sua mãe e Dadá. Segundo Daniela Cristine Jantsch, em sua tese sobre o livro *Solitária,* mesmo que Mabel tenha sido criada dentro de um contexto opressor, seus movimentos são trabalhados no intuito de desafiar e romper com a lógica racista, misógina e servil a que estava submetida (Jantsch, 2024). Diante disso, o próximo tópico demonstra como Mabel desafiou essa realidade e rompeu com as amarras que a subordinavam ao "quartinho da empregada".

ROMPENDO AS HERANÇAS COLONIAIS POR MEIO DA EDUCAÇÃO

Dados da PNAD Contínua de 2022 apontam o envelhecimento da categoria do trabalho doméstico no Brasil, com as faixas etárias de 30 a 44 anos e 45 a 59 anos que concentram os maiores percentuais. A redução no número de jovens no setor pode estar, em parte, relacionada ao aumento do acesso e perma-

nência de pessoas negras e de baixa renda no sistema educacional brasileiro, tanto no ensino básico como no superior.

Políticas como a Lei nº 12.711/12, mais conhecida como Lei de Cotas, que reserva 50% das vagas nas universidades e institutos federais do Brasil para estudantes que cursaram todo o ensino médio em escolas públicas, beneficiam pessoas com renda familiar de até um salário mínimo, candidatos e candidatas autodeclaradas negras, indígenas, pardas, quilombolas e pessoas com deficiência. Essa legislação atua como um instrumento de reparação histórica para grupos marginalizados, e promove a democratização do acesso a espaços historicamente negados a esses segmentos sociais.

Além disso, conforme destacam Nilma Lino Gomes, juntamente com Paulo da Silva e José de Brito, a significativa atuação do Movimento Negro na luta por ações afirmativas, como a Lei de Cotas, que esteve presente desde o século XX nos debates sobre o reconhecimento do racismo na sociedade brasileira, a fim de combater o mito da democracia racial (Gomes; Silva; Brito, 2021). Ademais, o movimento buscou discutir medidas para enfrentar o racismo e criar políticas educacionais para amenizar as disparidades raciais e sociais no país.

A aprovação da Lei de Cotas em 2012 suscitou discussões e mobilizou diferentes setores sociais, o que contribuiu para o reconhecimento da questão racial no acesso à educação, antes discutida principalmente pelos Movimentos Negros. Além disso, a pressão política exercida em busca de medidas para reduzir as desigualdades raciais nesse setor mostrou-se como um importante aparato contra as amarras coloniais que consolidaram por muitos anos a hegemonia de grupos e saberes elitizados dentro de instituições educacionais.

As discussões acerca da aprovação da Lei de Cotas também foram acompanhadas de críticas de segmentos sociais elitizados, que veem a lei como uma maneira de “roubar” vagas de candidatas e candidatos nas universidades. No entanto, tais questionamentos revelam o racismo que está enraizado nas diversas esferas da sociedade, para esses setores, dividir as salas de aula com pessoas que, no imaginário social brasileiro, deveriam estar na limpeza e no cuidado, soa como uma afronta. De acordo com Jackeline Santana, “estremece as bases de poder que sustentam os grupos e sujeitos hegemônicos fazendo emergir posicionamentos contrários à sua implementação” (Santana, 2023, p. 7).

Em *Solitária*, Mabel rompe com as amarras coloniais que a sujeitam ao trabalho doméstico por meio da educação. Ainda que estudasse em escola pública e fosse uma extensão de sua mãe nas funções do trabalho doméstico, Mabel tinha uma mãe, Eunice que sempre tentou investir nos estudos da filha, embora confinadas no Golden Plate, conseguiu oferecer a ela um espaço para estudar sem incomodar a branquitude.

> Comprei mais um ventilador e dei um jeito de colocar uma mesinha dobrável na entrada do quartinho, perto da máquina de lavar. Não queria os dois à vista de d. Lúcia, seu Thiago, Camila... Se ficar assim na mesa da copa, a qualquer momento os donos da casa podiam aparecer, e eu sentia que, de alguma forma ver os dois estudando incomodava os três (Cruz, 2022, p. 96-97).

Mabel precisou se fazer invisível dentro do Golden Plate para não chamar atenção dos patrões de Eunice. A presença de pessoas negras e pobres que conquistam espaços majoritariamente brancos e elitizados desafia a estrutura hierárquica e racista que sustenta essas instituições. No entanto, a ascensão desses grupos historicamente marginalizados é atravessada por discursos da branquitude, como o mito da meritocracia e da democracia racial.

Cacau, filho do porteiro Jurandir, em *Solitária*, estudava em uma escola particular com bolsa de estudos oferecida por Feitosa, um morador do condomínio e ex-militar. Esse homem, no entanto, era um dos muitos que reproduziam discursos contra as ações afirmativas, como as cotas. Após Jurandir agradecer a oportunidade dada ao seu filho de concluir o ensino médio e, consequentemente, a chance de seguir os estudos em uma universidade, Feitosa o interrompeu e informou: "[...] se Deus quiser, sem a bobagem e a desonestidade das cotas! Olhem como estamos aqui, todos iguais, humanos!" (Cruz, 2022, p. 72).

O discurso de que "somos todos iguais" demonstra a negação do racismo como fator estrutural que impede que pessoas negras, mesmo sendo maioria no Brasil, embora sejam maioria nas universidades e em cargos de chefia. Além disso, essa incapacidade de perceber as disparidades raciais evidencia um espaço privilegiado por pessoas brancas, que constantemente estão em busca de manter os benefícios e vantagens ao longo da história. Nesse contexto, o mito da meritocracia se faz presente nas narrativas anticotas, pautado na ideia de que cada pessoa é responsável exclusivamente por seu lugar no mundo, seu desempenho escolar e profissional. Acerca disso, Bento (2022, p. 22) explica que:

> A racionalidade que explica o suposto sistema meritocrático não considera ainda o impacto de histórias e heranças diferentes na vida contemporânea dos grupos, tais como qualidade de escolas frequentadas, disponibilidade de equipamentos e acesso à internet nos ambientes familiares e escolares, ao sistema de saúde, de saneamento básico nos locais de moradia etc.

Mabel e Cacau, mesmo diante das dificuldades impostas, após dois anos de estudo conseguiram passar no vestibular e adentrar o ensino superior, e se tornaram os primeiros de suas respectivas famílias a alcançar esse feito. Eunice era semianalfabeta, uma realidade muito comum no trabalho doméstico. Dados da Pnad Contínua sobre o nível de escolarização dessas profissionais mostram que a maioria possui apenas o ensino fundamental incompleto (38,2%). Essa realidade pode ser explicada pela necessidade de muitas pessoas negras e pobres, que ainda na infância precisam trabalhar para ajudar suas famílias, o que as força a desistirem dos estudos.

A aprovação de Mabel no vestibular representou a quebra do ciclo de opressão ao qual estava submetida, e foi primordial para que Eunice também conseguisse se desvincular da "gratidão eterna" em relação à família de seus patrões. A trajetória de Mabel, marcada pelo reconhecimento da situação de exploração em que ambas viviam, especialmente Eunice, contribuiu para que ela almejasse um futuro longe da realidade do Golden Plate. Esse desejo foi essencial para que Eunice começasse a perceber as relações de poder e de opressão que a cercavam. D. Lúcia dizia para todo mundo que eu era parte da família e por um

tempo cheguei a quase a acreditar nisso. Achava mais fácil e menos doloroso acreditar... Acontece que Mabel era de outra geração" (Cruz, 2022, p. 108).

Mabel era de uma geração que não aceitava mais permanecer tanto tempo a serviço de uma branquitude que se beneficiou, e ainda se beneficia, do trabalho de pessoas negras. Ao contrário de sua mãe, que guardava um sentimento de gratidão em relação aos patrões, Mabel nutria um ódio que foi sua força motriz, para que ela estudasse e fosse aprovada em medicina, mesmo diante das armadilhas para desestabilizá-la, como a festa dada por Camilinha na véspera do vestibular que prestaria com Cacau e das falas que duvidavam da sua capacidade de ser aprovada em um curso tão elitizado e disputado.

> Preparei tudo para que os dois tivessem tranquilidade para o exame no dia seguinte, e foi justamente naquele sábado que Camilinha, que nunca foi de dar festas em casa, resolveu chamar toda a turma da escola para o apartamento. (...) Eles não queriam que existisse paz para que Mabel fizesse uma boa prova. Hoje consigo ver. A bagunça era de propósito (Cruz, 2022, p. 105-106).

> Seu Thiago, lembra que o senhor riu debochado achando que eu nunca conseguiria passar no curso de medicina? Muito obrigada por me fazer lembrar desse sorriso todos os dias em que eu me sentava com o Cacau pra estudar em silêncio lá nos fundos, para não atrapalhar vocês, os donos deste palacete [...] (Cruz, 2022, p. 110).

A despeito dos discursos anticotas, tanto na narrativa de *Solitária* com o general Feitosa, quanto na realidade brasileira, a Lei de Cotas, doze anos após a sua aprovação, tem se mostrado eficaz na sua proposta de aumentar o acesso de grupos historicamente marginalizados nas universidades. Dados divulgados pelo Jornal Folha de São Paulo (Palhares, 2024) a partir de estudo feito pelo Sou Ciência (Centro de Estudos Sociedade, Universidade e Ciência) vinculado à Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), com base em dados do Censo de Ensino Superior realizado anualmente pelo Ministério da Educação (MEC), mostraram que a quantidade de alunos pretos e pardos nas universidades quase triplicou nos últimos treze anos, esses estudantes passaram de 17% para 49% dos matriculados.

Todavia, o estudo revela que embora haja esse aumento expressivo, pretos e pardos ainda não são maioria nas universidades, embora sejam a maioria da população brasileira. Isso se deve ao racismo que está institucionalizado e estruturado das mais diversas formas na sociedade brasileira, que muitas vezes impede esses grupos marginalizados de se enxergarem como merecedores e capazes de ocupar espaços acadêmicos e determinados setores profissionais. Além disso, tais sujeitos encontram dificuldades para permanecer no âmbito universitário, um espaço projetado para ser ocupado por grupos hegemônicos. Portanto, é importante destacar que, além de políticas de acesso, são também essenciais políticas de permanência para esses estudantes.

Em *Solitária*, Mabel ainda que aprovada em medicina, a graduação mais elitizada do Brasil, precisou dividir sua rotina de aulas em tempo integral com trabalhos para custear os materiais da faculdade. Essa realidade de conciliar a rotina acadêmica e o trabalho é comum na vida de muitos jovens brasileiros desde o ensino básico, visto que não têm como se dedicar integralmente à formação por questões socioeconômicas, que estão atreladas também às questões raciais, de gênero e classe.

Dados divulgados pela Pnad mostram que, em 2023, 41,7% dos jovens brasileiros entre 14 e 29 anos que abandonaram os estudos indicaram como principal motivo a necessidade de trabalhar. Essa realidade atinge homens e mulheres, mas elas são impactadas por questões como gravidez e demandas como afazeres domésticos ou cuidar de pessoas, o que evidencia também como o trabalho reprodutivo comumente atribuído às mulheres é frequentemente um empecilho para a conclusão da formação.

Nesse sentido, são necessárias políticas que incentivem a permanência desses jovens no ensino básico e superior, como o programa Pé-de-Meia lançado este ano pelo governo Lula (PT), que prevê uma bolsa mensal de R$ 200,00 reais para alunos do ensino médio, além de uma poupança com depósitos anuais de R$ 1.000,00 reais que poderão ser sacados ao fim do ensino médio. O programa também prevê o pagamento de mais R$ 200,00 reais caso o aluno realize o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que é a porta de entrada para o ensino superior no Brasil.

Ademais, programas como o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa Universidade para Todos (Prouni) são fundamentais para a entrada de jovens de baixa renda no ensino superior privado, já que o FIES oferece empréstimos com juros baixos para que estudantes possam financiar seus estudos e o Prouni concede bolsas integrais e parciais em instituições de ensino privado.

É importante salientar que essas medidas, como tantas outras, foram instauradas em gestões de governos democráticos comprometidos em estabelecer ações para atenuar as desigualdades na educação. Em *Solitária,* Eunice fala sobre a preocupação de Mabel com os estudos, uma vez que a filha entrou na universidade durante um governo marcado por medidas voltadas para grupos privilegiados. Esse cenário remete ao período de 2016 a 2022, após o golpe no Brasil, caracterizado pelo ataque e desmonte da educação através de cortes na área e a irresponsabilidade frente à pandemia de COVID-19, que acentuou as desigualdades sociais.

> Ela andava preocupada. O governo tinha mudado e os colegas na faculdade eram quase todos a favor dele. Mabel se preocupava porque sabia, tinha uma intuição, não sei [...] de que uma pessoa como ela precisava vestir o jaleco e atender, pois os colegas não faziam ideia de onde ficava o bairro onde a gente morava (Cruz, 2022, p. 124).

A despeito das dificuldades enfrentadas para adentrar e concluir o ensino superior, Mabel assim como tantas filhas e filhos de trabalhadoras domésticas rompeu o vínculo com a família dos patrões de sua mãe e pôde, finalmente, junto de Eunice, sair do “quartinho da empregada” para desfrutar o quarto do descanso e do consultório da doutora Mabel. A trajetória de Mabel reflete uma das justificativas para o quadro de envelhecimento no trabalho doméstico, haja vista que ações afirmativas como as mencionadas aqui, além de democratizar o ensino básico e superior, também contribuem para a mobilidade social e, consequentemente, econômica de grupos marginalizados.

Eu, Helena, me coloco nesse lugar, pois ainda que minha mãe tenha trabalhado como empregada doméstica boa parte da minha vida e meu pai tenha morado longe, ambos sempre incentivaram e financiaram como podiam meus estudos, de modo que eu nunca precisei trabalhar em casa de família. Hoje, atuo na área da educação como professora regente e enxergo a educação como ferramenta primordial na luta

contra a desigualdade racial e social, o que contribui para o rompimento de amarras coloniais que ainda aprisionam tantas Eunices e Mabel mundo afora.

CONCLUSÕES

A pesquisa aqui desenvolvida buscou mostrar a relação entre trabalho doméstico e políticas de acesso à educação a partir do livro *Solitária* de Eliana Alves Cruz, assim como a intrínseca relação entre História e Literatura. Embora o tema ainda seja pouco discutido na área da História, mudanças historiográficas do século XX permitiram que a literatura e sujeitas como as trabalhadoras domésticas fossem objeto de análise desde então.

A obra de Eliana Alves Cruz permitiu perceber a relação entre História e Literatura, uma vez que ambas partem da realidade para construir narrativas sobre diferentes sujeitos e locais. *Solitária* proporcionou acesso a um passado histórico que ainda deixa marcas no Brasil atual - um país que, após mais de trezentos anos de escravidão, continua a revelar, por meio de discursos e atitudes, a herança colonial que reduz pessoas negras à perspectiva da servidão. Além disso, o crescimento nos casos de resgates de pessoas em condições análogas à escravidão demonstrou como o imaginário social brasileiro ainda é marcado pela lógica escravista.

A profissionalização das domésticas alcançada mediante articulação e pressão do movimento sindical formado por trabalhadoras domésticas desde o século XX foi de suma importância para o reconhecimento dos direitos trabalhistas da categoria e a (re)existência dessas mulheres. No entanto, foi observado que mesmo após a profissionalização, os descasos que marcam a profissão ainda se fazem presentes na atualidade, a partir de discursos contrários à conquista dos direitos, como também a partir do alto índice de informalidade que ainda atinge a categoria.

A partir da análise de dados sobre o trabalho doméstico, constatou-se que políticas de acesso à educação são um dos possíveis fatores para o envelhecimento da categoria, visto que ações afirmativas como a Lei de Cotas, FIES e Prouni têm contribuído para o aumento da inserção de jovens negros de baixa renda no ensino superior brasileiro. Essa mudança demonstra como a educação pode ser uma aliada para a quebra de círculos de opressão, como os do trabalho doméstico, que, em muitos casos, é uma profissão ocupada por diferentes gerações familiares.

Nesse sentido, o trabalho aqui construído visa contribuir para futuros desdobramentos sobre o assunto na área da História que ainda carece de pesquisas sobre o tema, interseccionada com áreas como a Educação e Literatura, uma vez que a literatura como fonte permite a partir da realidade acessar contextos históricos pertinentes de serem analisados. Além disso, reconhece-se que devida à tamanha importância do tema aqui trabalhado, a pesquisa abre espaço para o aprofundamento de cada questão aqui tratada, tendo em vista as diferentes abordagens possíveis a partir do trabalho doméstico.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. **Sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil:** teorias de descolonização e saberes subalternos. 2007. 274 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2711/1/2007_JoazeBernardinoCosta.pdf. Acesso em: 06 jun. 2024.

BRASIL. Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012**.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União,** Brasília, DF, 30 ago. 2012, ano 149, n. 169, p. 1, Seção 1.

BRASIL. **Proposta de Emenda à Constituição n.º 72, de 2013**. Altera o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os empregados domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2013.

CRENSHAW, Kimberlé W. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. **University of Chicago Legal Forum**, Chicago, v. 1989, n. 1, artigo 8, p. 139-167, 1989.

CRUZ, Eliana Alves. **Água de Barrela**. Rio de Janeiro: Malê, 2015.

CRUZ, Eliana Alves. **O Crime do Cais do Valongo**. Rio de Janeiro: Malê, 2018.

CRUZ, Eliana Alves. **Solitária**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIEESE. **Trabalho doméstico**. São Paulo, [2022 ou 2023]. Disponível em: https://www.dieese.org.br/infografico/2023/trabalhoDomestico2023.html. Acesso em: 06 jun. 2024.

EVARISTO, Conceição. A escrevivência e seus subtextos. *In:* DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (orgs.). **Escrevivência:** a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 26-46.

FERREIRA, Antônio Celso. Literatura: a fonte fecunda. *In:* LUCA, Tania Regina de; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 61-92.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas "Estado da Arte". **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 79, p. 257-272, ago. 2002. DOI: https://doi.org/10.1590/S0101-73302002000300013. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0101-73302002000300013. Acesso em: 28 set. 2026.

FREITAS, Isadora Naves de. **Organização sindical das trabalhadoras domésticas no Brasil:** um estudo à luz do pensamento decolonial**.** 2022. 32 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2023.

GOMES, Nilma Lino; SILVA, Paulo Vinícius Baptista da; BRITO, José Eustáquio de. Ações afirmativas de promoção da igualdade racial na educação: lutas, conquistas e desafios. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.

42, p. e258226, 2021. DOI: https://doi.org/10.1590/ES.258226. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/3PyCNZ5FhDNjjchnPBGKhJw/?format=pdf&lang=p. Acesso em: 28 set. 2026.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, p. 223-244, 1984.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 7-41, 2009. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773. Acesso em: 05 nov. 2024.

JANTSCH, Daniela Cristine. **O cheiro da vida dos outros: o espaço dos corpos negros no romance *Solitária*, de Eliana Alves Cruz**. 2024. 96 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2024.

LIMA, Tatiana Silva de. **Escravos e libertos nos serviços domésticos no Recife do século XIX: mudanças e continuidades**. 2021. 230 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021.

LORDE, Audre. **Irmã Outsider**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

LUNA, Sophia Alencar Araripe. A "mucama permitida": a origem escravocrata do emprego doméstico no Brasil. *In:* SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 11., WOMEN'S WORLDS CONGRESS**,** 13., 2017, Florianópolis. **Anais [...].** Florianópolis: UFSC, 2017. Disponível em: http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/Modelo_Texto_completo_MM_FG.pdf. Acesso em: 28 set. 2026.

MATOS, Renata Araújo. **O trabalho doméstico e a segunda abolição brasileira: uma análise das audiências públicas para a discussão da PEC Nº 478-A/2010**. 2017. 125 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/23436/1/2017_RenataAra%c3%bajoMatos.pdf. Acesso em: 19 nov. 2026.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

NOGUEIRA, Tamis Porfírio Costa Crisóstomo Ramos. Mucama permitida: a identidade negra do trabalho doméstico no Brasil. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, Salvador, v. 3, n. 4, p. 47-58, 2017. DOI: https://doi.org/10.9771/cgd.v3i4.22482. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/22482. Acesso em: 13 out. 2026.

OLIVEIRA, Marcelo de Jesus de; CAMARGO SAMPAIO, Juliano Casimiro de; SILVA, Olívia Aparecida. Entre e para além da literatura: um estudo da noção 'escrevivência', de Conceição Evaristo. **Nau Literária**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 166-194, 2021. DOI: https://doi.org/10.22456/1981-4526.110421. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/NauLiteraria/article/view/110421. Acesso em: 28 set. 2026.

PALHARES, Isabela. Número de alunos pretos e pardos em universidades federais mais que triplica em 13 anos. **Folha de S. Paulo**, 2024. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2024/05/numero-de-alunos-pretos-e-pardos-em-universidades-federais-mais-que-triplica-em-13-anos.shtml. Acesso em: 16 nov. 2024.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O mundo como texto: leituras da história e da literatura. **Revista História da Educação**, Pelotas, v. 7, n. 14, p. 31-45, set. 2003. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/30220. Acesso em: 28 set. 2026.

RARA, Preta. **Eu, empregada doméstica:** a senzala moderna é o quartinho da empregada. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

SANTANA, Jackeline Caixeta. Lei de cotas, políticas da (in)visibilidade e cidadanias decoloniais. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 48, p. e122396, 2023. DOI: https://doi.org/10.1590/2175-6236122396vs01. Disponível em: https://www.scielo.br/j/edreal/a/9BnwTQjktTsc8JSbd8p9qqK/?lang=pt. Acesso em: 28 set. 2026.

SANTOS, Brisa Mar Sousa. **Direitos dos trabalhadores domésticos:** o que já foi conquistado e o que ainda falta conquistar**.** 2017. 74 f. Monografia (Especialização em Direito) – Faculdade Baiana de Direito, Salvador, 2017.

TEIXEIRA, Juliana Cristina. **Trabalho doméstico**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

VIEIRA, Gabryelle Lima. **A mucama permitida no século XXI:** uma análise da invisibilidade do trabalho escravo doméstico contemporâneo, a partir do caso de Sônia Maria de Jesus. 2024. 76 f. Monografia (Graduação em Direito) – Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Mossoró, 2024. Disponível em: https://repositorio.ufersa.edu.br/items/a3b03bfc-46c9-473e-a1bc-f0c21f103e1c. Acesso em: 28 set. 2026.

Submetido: 26/08/2025
Correções: 12/09/2026
Aceite Final:30/10/2026